

TEMPO EM CURSO



Publicação eletrônica mensal sobre as desigualdades
de cor ou raça e gênero no mercado de
trabalho metropolitano brasileiro

Ano III; Vol. 3; nº 2, Fevereiro, 2011

(balanço dos oito anos do Governo Lula sobre
as assimetrias de cor ou raça, parte 1)

ISSN 2177-3955

Sumário

1. Apresentação
2. Reflexões gerais sobre os indicadores econômicos durante o governo Lula
3. Rendimento habitual médio do trabalho principal
4. Evolução da taxa de desemprego
5. Ocupação segundo posição na ocupação

1. Apresentação

Com o presente número, o **LAESER** dá continuidade ao boletim eletrônico “Tempo em Curso”, já em seu terceiro ano, décima sexta edição.

Os indicadores desta publicação são os microdados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), divulgados, mensalmente, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em seu portal (www.ibge.gov.br), e tabulados pelo **LAESER** no banco de dados “Tempo em Curso”.

A PME coleta informações sobre o mercado de trabalho das seis maiores Regiões Metropolitanas (RMs) brasileiras. Da mais ao Norte, para a mais ao Sul: Recife (PE), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS).

No que tange aos indicadores do mercado de trabalho, serão analisados os dados de evolução do rendimento médio do trabalho principal habitualmente recebido e da taxa de desemprego. Como de hábito, para ambos os indicadores, a análise verterá inicialmente sobre um intervalo de tempo de curto prazo de um mês (dezembro 2009 a dezembro 2010). Posteriormente, será feita uma comparação em um intervalo de tempo mais longo, compreendido entre dezembro de 2002 e dezembro de 2010.

Neste número, o eixo da reflexão será sobre um balanço específico dos oito anos do governo Lula (2003-2010) em termos de como se deu a evolução dos indicadores das desigualdades de cor ou raça no Brasil neste período. Assim, além das reflexões sobre rendimento e desemprego, igualmente serão vistos os indicadores sobre a evolução da posição na ocupação durante este intervalo de tempo.

2. Reflexões gerais sobre os indicadores econômicos durante o governo Lula (tabela 1)

2.a. Observações preliminares

Conforme mencionado acima, o objetivo do presente número do “Tempo em Curso” é a produção de um balanço dos oito anos de governo do ex-presidente Lula em termos da evolução das assimetrias de cor ou raça no mercado de trabalho metropolitano brasileiro. Vale sublinhar que, no presente esforço, não será feita uma comparação do governo petista com os oito anos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Isso por um motivo muito simples.

O fato é que a principal base de dados utilizada por esta publicação para suas análises, a PME, não continha a variável cor ou raça antes de 2002. Ou seja, justamente o último ano do governo tucano. Neste sentido, não houve como captar as importantes mudanças ocorridas no país durante o intervalo 1995-2002, sabendo-se que o efetivo controle da hiperinflação, ocasionada pelo Plano Real, teve efeitos positivos sobre os mais pobres, e, certamente, sobre as assimetrias de cor ou raça.

Portanto, a presente análise não é adequada para a produção de uma comparação entre o que aconteceu durante o governo tucano e o petista em termos das assimetrias de cor ou raça.

Também é importante salientar que, no presente esforço de síntese, não há pretensão de se estabelecer relações diretas ou unívocas entre o cenário macroeconômico do país no intervalo 2003-2010 e as assimetrias de cor ou raça. Ou seja, apesar de ser óbvio que as duas dimensões dialogam em alguma medida, não houve a pretensão de construir modelos explicativos específicos que tivessem correlacionado uma variável a outra.

Do mesmo modo, por mais que se reconheça que o período foi marcado pela expansão de algumas políticas de inclusão social pela via das políticas de ações afirmativas para afrodescendentes, estas, se chegaram a ser captadas pelos indicadores da PME (e seria impossível que esta não tivesse captado ao menos parte deste novo momento institucional vivenciado pelas relações raciais no país) o foram de forma deveras mediatizadas.

Portanto, o que se estará discutindo no presente número do “Tempo em Curso” é tão somente o ambiente econômico, e mais indiretamente, o político, vivido pelo país e como este cenário poderia ter hipoteticamente atuado no sentido da ampliação ou redução das desigualdades de cor ou raça no mercado de trabalho metropolitano brasileiro. O exercício poderá ser visto como válido caso associado à reflexão de que as

políticas de promoção da igualdade racial poderão encontrar ambientes macroeconômicos mais ou menos favorável à sua efetivação.

2.b. Indicadores macroeconômicos selecionados durante o período 2002-2010

O período abrangido pelo governo Lula (2003-2010), em relação ao momento anterior, foi marcado por uma melhoria dos indicadores macroeconômicos. Tal melhoria, como seria de esperar acabou refletindo sobre os dados acerca do mercado de trabalho, tal como será visto da terceira seção deste boletim em diante.

Tabela 1. Índices macroeconômicos selecionados, Brasil, 2002 e 2010

	2002	2010
Taxa Selic Anual Média (em %)	19,2%	9,7%
INPC Anual Médio (em %)	14,7%	6,5%
Câmbio Anual Médio (US\$ / R\$)	3,53	1,67
Variação anual real do PIB (em %)	2,7%	7,5%
Dívida total líquida do setor público (dez - em % do PIB)	60,4%	40,4%

Fonte: Ipeadata (www.ipeadata.gov.br). Tabulação LAESER

Em 2002, a taxa de expansão anual real do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 2,7%, refletindo o quadro geral de modesto crescimento econômico do Brasil no início da década de 2000. Oito anos mais tarde, em 2010, o país alcançava um crescimento acumulado do PIB de 7,5%, a taxa mais alta desde 1986. Ou seja, o Brasil não dava apenas sinais de ter se recuperado da crise econômica internacional que ainda assolava muitos outros países, especialmente os desenvolvidos, mas alcançava uma das taxas de crescimento mais elevadas das últimas três décadas. Vale salientar, de qualquer forma, que até o ano de 2008, o período do governo Lula foi marcado por um cenário econômico bastante positivo, o que acarretou o crescimento das exportações e uma relativa calma no mercado financeiro internacional.

A taxa Selic é o principal indicador para determinar o custo do crédito e o rendimento das aplicações em renda fixa, além de corresponder à remuneração que o governo paga aos detentores da dívida pública de natureza pós-fixada (ou seja, cuja taxa de retorno só é sabida após a compra do papel financeiro). A partir da adoção do Sistema de Metas para a Inflação, em 1999, e a mudança para um regime de câmbio flutuante, o Banco Central do Brasil passou a determinar periodicamente

uma meta para a taxa Selic, usada como principal instrumento de política monetária para o combate à inflação.

No que tange à evolução da taxa de juro Selic, a taxa básica de juros da economia, no período considerado houve uma redução pela metade no indicador, que passou de 19,2%, em 2002, para 9,7%, em 2010. Por outro lado, apesar de ter alcançado em 2010, um valor abaixo de dois dígitos, a taxa Selic ainda é uma das taxas mais altas do mundo e as pressões inflacionárias do ano de 2010 levaram sua elevação para 11,25%, no início de 2011.

De qualquer forma, a redução da taxa de juros Selic média ao longo da década possibilitou a redução da dívida pública total líquida, dando sinais positivos ao mercado quanto à capacidade do país de pagar suas dívidas. Assim, durante o governo do ex-presidente Lula, iniciou-se uma trajetória de queda, passando a dívida total líquida do setor público em relação ao PIB de 60,4%, em dezembro de 2002, para 40,4%, em dezembro de 2010. Desta forma, o decréscimo da relação dívida/PIB foi de 33% nos oito anos de governo petista.

Durante os dois mandatos do ex-presidente Lula, a inflação conseguiu ficar tendencialmente controlada. Apesar das pressões inflacionárias no último ano de governo, as atitudes conservadoras do Banco Central, mais do que a política fiscal do próprio governo, que foi bastante expansiva, contribuíram para uma redução do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) anual médio. O INPC, que mede a variação do custo de vida médio das famílias com rendimentos mensais entre um e seis salários mínimos, cujo chefe é assalariado em sua ocupação principal e residente nas áreas urbanas das 11 regiões metropolitanas pesquisadas (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba, São Paulo, Porto Alegre, Brasília e Goiânia), reduziu-se de 14,7%, em 2002, para 6,5%, em 2010, expressando uma redução de 56% no indicador.

No que tange à taxa de câmbio nominal, esta passou de uma média de R\$ 3,53, em 2002, para R\$ 1,67 em 2010. Esta valorização da moeda nacional, em parte, foi produto da capacidade do governo anterior de recuperar os níveis de confiança dos investidores nacionais e internacionais, e, em parte, também foi derivada da crise econômica das economias mais desenvolvidas a partir do ano de 2008. Assim, os governos das nações mais ricas, no intento de recuperar seu nível de ativi-

dade, adotaram políticas expansionistas em termos monetários e fiscais (ou seja, juros e gastos públicos, respectivamente), ampliando a disponibilidade destas divisas mundo afora (fundamentalmente o dólar e o euro), o que acarretou na sua desvalorização.

É importante mencionar que este ambiente macroeconômico mais favorável se associou com políticas sociais, tal como a de promoção do poder de compra do Salário Mínimo e o Programa Bolsa Família. Estas políticas, especialmente no contexto da crise econômica, foram úteis no sentido da mitigação dos efeitos da crise econômica mundial sobre o país, posto terem animado a demanda interna pela via dos gastos das famílias.

3. Rendimento habitual médio do trabalho principal (tabelas 2 e 3)

O rendimento médio do trabalho principal habitualmente recebido pela PEA das seis maiores RMs brasileiras no último mês do ano de 2010 foi igual a R\$ 1.515,13. Este valor correspondeu a uma ligeira queda de 0,7% em relação ao mês de novembro do mesmo ano. Na comparação com o mês de dezembro de 2009, ocorreu uma elevação, em termos reais, naquele valor em 5,9%.

Em dezembro de 2010, o rendimento médio do trabalho principal da PEA branca foi de R\$ 1.910,24. Este valor, comparativamente ao mês anterior, correspondeu a uma queda, em termos reais, mais uma vez, de 0,7%. Contudo, na comparação com o mês de dezembro de 2009, os trabalhadores deste grupo de cor ou raça perceberam evolução positiva de 5,1%.

Naquele mesmo mês, a PEA metropolitana preta & parda obteve um rendimento habitual médio de R\$ 1.043,17. Este valor, em termos reais, foi praticamente idêntico ao observado em novembro de 2010, tendo ocorrido uma pequena valorização de 0,1%. Na comparação com dezembro de 2009, a PEA deste grupo de cor ou raça teve uma evolução mais significativa: 9,5%.

O rendimento médio dos trabalhadores brancos do sexo masculino no mês de dezembro de 2010 foi de R\$ 2.216,59. Este valor, na comparação com o mês anterior, observou valorização real de R\$ 1,3% e, na comparação o mesmo mês do ano de 2009, teve valorização de 5,8%.

O rendimento médio dos trabalhadores pretos & pardos do sexo masculino, no último mês de 2010, foi de R\$ 1.185,66. Em termos reais, na comparação com o mês de novembro de 2010, o rendimento dos trabalhadores deste grupo de cor ou raça e sexo apresentou involução de 0,5%. Já na comparação com o mês de dezembro de 2009, ocorreu uma evolução positiva, mais uma vez, de 9,5%.

No contingente do sexo feminino, em dezembro de 2010, as trabalhadoras brancas tiveram um rendimento habitual médio de R\$ 1.551,87. Já trabalhadoras pretas & pardas perceberam rendimento médio de R\$ 865,03.

Na comparação com o mês de novembro de 2010, as trabalhadoras brancas das seis maiores RMs brasileiras tiveram redução real de seus rendimentos em 3,7%. Quando comparado ao mês de dezembro de 2009, todavia, ocorreu aumento, em termos reais, de 3,8%.

Tabela 2. Rendimento médio habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMs, Brasil, dez / 09 – dez / 10 (em R\$ - dez / 10, INPC)

	2009	2010											
	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Homens Brancos	2.094,33	2.133,88	2.169,10	2.168,81	2.170,60	2.127,01	2.096,45	2.181,47	2.252,81	2.268,54	2.255,60	2.187,71	2.216,59
Mulheres Brancas	1.495,59	1.513,02	1.528,27	1.539,99	1.541,74	1.506,50	1.527,24	1.546,81	1.529,21	1.573,06	1.603,87	1.611,29	1.551,87
Brancos	1.817,51	1.848,79	1.874,79	1.879,94	1.881,79	1.841,78	1.834,33	1.889,31	1.919,56	1.946,23	1.955,88	1.924,59	1.910,24
Homens Pretos & Pardos	1.082,85	1.079,20	1.103,02	1.103,51	1.103,74	1.114,20	1.128,13	1.133,98	1.154,28	1.170,85	1.178,49	1.191,80	1.185,66
Mulheres Pretas & Pardas	789,62	800,13	805,76	805,19	795,01	809,32	834,38	843,96	854,83	852,83	860,62	853,59	865,03
Pretos & Pardos	952,39	955,60	972,04	972,40	968,58	980,48	999,18	1.005,91	1.022,27	1.029,92	1.037,39	1.041,83	1.043,17
PEA Total	1.430,44	1.445,50	1.462,18	1.467,38	1.468,27	1.455,16	1.463,00	1.494,88	1.515,66	1.534,91	1.538,90	1.526,39	1.515,13

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada
Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

No caso das trabalhadoras pretas & pardas, o rendimento médio do trabalho principal em dezembro de 2010 foi, em termos reais, 1,3% superior ao observado no mês anterior. Na comparação com o mês de dezembro de 2009, ocorreu uma evolução positiva de 9,6%.

Em dezembro de 2010, as assimetrias de cor ou raça entre os trabalhadores brancos de ambos os sexos, de um lado, e os trabalhadores pretos & pardos de ambos os sexos, de outro, foram de 83,1% favoravelmente aos primeiros. Este foi o menor valor assumido pelas desigualdades de cor ou raça no ano de 2010. Assim, comparando o cenário de dezembro de 2009 com dezembro de 2010 as assimetrias desta natureza caíram 7,7 pontos percentuais.

Naquele mesmo último de mês de 2010, as assimetrias entre os homens brancos e os homens pretos & pardos, em termos do rendimento médio do trabalho principal, foram de 86,9%. Na comparação com o mês de novembro de 2010, a desigualdade de cor ou raça no interior deste grupo aumentou em 3,4 pontos percentuais. Todavia, na comparação com o cenário verificado em dezembro de 2009, as desigualdades caíram 6,5 pontos percentuais.

No contingente trabalhador do sexo feminino, as diferenças nas remunerações médias do trabalho principal da PEA branca e da PEA preta & parda, em dezembro de 2010, chegaram a 79,4%. Este valor relativo foi 9,4 pontos percentuais inferiores ao quadro ocorrido em novembro de 2009, e 10,0 pontos percentuais inferiores, comparativamente ao cenário encontrado em dezembro de 2009.

No mês de dezembro de 2010, o rendimento habitualmente recebido pelos trabalhadores brancos do sexo

masculino foi 156,2% superior ao mesmo indicador das mulheres pretas & pardas. No mesmo mês, o rendimento médio das trabalhadoras brancas era 30,9% superior ao rendimento dos trabalhadores pretos & pardos.

Em dezembro de 2002, mês imediatamente anterior ao início do mandato do ex-presidente Lula, o rendimento habitual médio do trabalho principal da PEA das seis maiores RMs brasileiras, à preços de dezembro de 2010, era igual a R\$ 1.365,47. No último mês de mandato do governo petista, este valor havia percebido valorização, em termos reais, de 11,0%.

Quando o dado acima é desagregado pelos grupos de cor ou raça, se pode observar que o período entre dezembro de 2002 e dezembro de 2010 foi marcado por uma sensível queda das assimetrias desta natureza. Desta forma, no caso da PEA metropolitana branca, ocorreu uma elevação no rendimento habitual médio, em termos reais, de 9,2%. Já no caso da PEA metropolitana preta & parda, no mesmo intervalo, igual indicador percebeu evolução de 27,1%, revelando ter sido aquele lapso de tempo expressamente favorável à elevação do patamar do rendimento dos trabalhadores deste grupo de cor ou raça.

Decompondo aquela informação recém-comentada pelos grupos de sexo, mais uma vez se poderão perceber ritmos diferenciados de evolução do indicador do rendimento habitual médio. Assim, entre dezembro de 2002 e 2010, os homens brancos obtiveram elevação média, em termos reais, de 12,7%. Os homens pretos & pardos perceberam evolução positiva de 26,2%. No contingente do sexo feminino, as trabalhadoras brancas obtiveram elevação real em termos de seus rendimentos habituais de 9,9%. No caso das trabalhadoras pretas & pardas, esta evolução foi de expressivos 32,1%.

Tabela 3. Rendimento médio habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMs, Brasil, dez / 02 – dez / 10 (em R\$ - dez / 10, INPC)

	Dezembro								
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Homens Brancos	2.002,71	1.765,51	1.786,09	1.874,25	1.946,89	2.023,85	2.110,17	2.094,33	2.216,59
Mulheres Brancas	1.412,11	1.232,70	1.218,45	1.316,43	1.355,63	1.375,97	1.436,31	1.495,59	1.551,87
Brancos	1.748,58	1.531,03	1.532,07	1.626,94	1.684,15	1.731,40	1.803,38	1.817,51	1.910,24
Homens Pretos & Pardos	939,73	861,38	858,31	921,54	961,14	1.019,14	1.034,19	1.082,85	1.185,66
Mulheres Pretas & Pardas	654,96	611,18	609,83	649,81	674,19	721,21	774,32	789,62	865,03
Pretos & Pardos	820,79	758,79	754,31	804,56	836,70	890,77	921,17	952,39	1.043,17
PEA Total	1.365,47	1.218,79	1.213,73	1.286,33	1.323,04	1.373,32	1.419,91	1.430,44	1.515,13

Nota 1: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Nota 2: Os dados dos anos 2006 e 2007 diferem levemente dos apresentados no portal do IBGE e poderão sofrer uma correção

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

Naturalmente, diante das evoluções assimétricas dos patamares dos rendimentos habituais médios, tal como verificado no parágrafo anterior, o período compreendido entre o mês de dezembro de 2002 e o de 2010 foi marcado pela queda das assimetrias de cor ou raça. Assim, naquele que foi o último mês anterior ao início do mandato de Lula, as assimetrias de cor ou raça entre brancos, de um lado, e pretos & pardos, de outro, eram de 113,0%, favoravelmente aos primeiros. Oito anos depois, as diferenças entre os dois contingentes havia se reduzido para 83,1%, favoravelmente aos trabalhadores brancos, correspondendo a uma queda de 29,9 pontos percentuais.

Quando a informação acima é analisada de forma desagregada pelos grupos de sexo também são encontradas quedas nas assimetrias. Desta forma, no período entre dezembro de 2002 e o mesmo mês em 2010, as desigualdades de cor ou raça, favoráveis aos trabalhadores brancos do sexo masculino, comparativamente aos trabalhadores pretos & pardos do mesmo gênero, declinaram de 113,1% para 86,9%, significando uma redução de 26,2 pontos percentuais. No caso das mulheres, em dezembro de 2002, as brancas auferiam rendimentos médios 115,6% superiores às pretas & pardas. Oito anos depois, esta diferença declinou para 79,4%, correspondente a uma queda de 36,2 pontos percentuais.

Na série de dezembro de 2002 a dezembro de 2010, as diferenças de cor ou raça em termos do rendimento habitual médio do trabalho principal entre brancos e pretos & pardos declinaram entre 2002 e 2003, e voltaram a se elevar entre 2003 e 2004. Desde então, estas diferenças caíram progressivamente, até o período compreendido entre 2007 e 2008, quando tiveram ligeiro aumento. Dali até 2010, as diferenças voltaram a

declinar. Ou seja, no intervalo de tempo entre dezembro de 2002 e dezembro de 2010, constata-se que o movimento de redução das desigualdades de cor ou raça teve maior fôlego, não parecendo ser razoável associá-lo a movimentos de natureza circunstancial.

4. Evolução da taxa de desemprego (tabelas 4 e 5)

Em dezembro de 2010, a taxa de desemprego aberto da PEA das seis maiores RMs brasileiras foi de 5,3%. De fato, este percentual correspondeu à menor taxa de desemprego não somente na série do mês de dezembro entre 2002 e 2010, mas, também, à mais baixa taxa desde que a PME alterou sua metodologia, dentre outras mudanças, incluindo no seu questionário básico a variável cor ou raça.

Comparando a taxa de desemprego da PEA metropolitana brasileira do mês de dezembro com o mês imediatamente anterior, verifica-se que ocorreu uma redução no indicador em 0,4 ponto percentual. Na comparação com o mês de dezembro de 2009, a queda na taxa de desemprego foi de 1,5 pontos percentuais. Tal movimento reafirma o indicador visto acima sobre a evolução do rendimento habitual médio, no sentido de mostrar a plena recuperação dos indicadores do mercado de trabalho metropolitano brasileiro desde a crise vivida na passagem entre os anos de 2008 e 2009.

No que tange à PEA de cor ou raça branca, a taxa de desemprego em dezembro de 2010 foi de 4,4%. Este percentual foi 0,3 ponto percentual inferior ao mês de novembro de 2010, e 1,3 ponto percentual inferior ao cenário observado em dezembro de 2009.

Tabela 4. Taxa de desemprego da PEA residente nas seis maiores RMs, Brasil, dez / 09 – dez / 10 (em % da PEA)

	2009	2010											
	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Homens Brancos	4,6	5,0	5,4	5,1	5,1	4,7	4,5	4,3	4,4	4,0	4,1	3,8	3,5
Mulheres Brancas	7,0	7,5	7,5	8,0	7,4	7,4	7,2	7,1	6,8	6,5	6,4	5,8	5,5
Brancos	5,7	6,2	6,4	6,5	6,2	6,0	5,8	5,6	5,6	5,2	5,2	4,7	4,4
Homens Pretos & Pardos	6,4	6,8	6,6	6,7	6,6	6,6	6,2	6,6	6,0	5,6	5,3	4,9	4,7
Mulheres Pretas & Pardas	10,2	10,5	10,8	11,5	11,0	12,4	11,3	10,9	10,7	9,7	9,4	9,3	8,2
Pretos & Pardos	8,1	8,5	8,5	8,9	8,6	9,2	8,5	8,5	8,1	7,5	7,1	6,9	6,3
PEA Total	6,8	7,2	7,4	7,6	7,3	7,5	7,0	6,9	6,7	6,2	6,1	5,7	5,3

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada
Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

A PEA de cor ou raça preta & parda chegou ao mês de dezembro de 2010 apresentando uma taxa de desemprego de 6,3%. Este percentual, na comparação com o mês imediatamente anterior, correspondeu a uma queda de 0,6 ponto percentual. Quando se compara a taxa de desemprego dos pretos & pardos em dezembro de 2002 e dezembro de 2010 observa-se uma redução no indicador em 1,8 ponto percentual.

A taxa de desemprego dos homens brancos em dezembro de 2010 foi de 3,5%. Comparando-se os meses de novembro e dezembro de 2010, observa-se que ocorreu um declínio no indicador em 0,3 ponto percentual. Na comparação com o mês de dezembro de 2009, esta queda foi de 1,0 ponto percentual.

Em dezembro de 2010, a PEA preta & parda do sexo masculino apresentou uma taxa de desemprego igual a 4,7%. Na comparação entre o último mês do ano de 2010, com o de novembro, a taxa de desemprego da PEA preta & parda manteve-se praticamente constante, tendo caído 0,1 ponto percentual. No comparativo entre os meses de dezembro de 2010 e dezembro de 2009, a taxa de desemprego dos trabalhadores pretos & pardos declinou 1,6 ponto percentual.

No contingente do sexo feminino, a taxa de desemprego das mulheres brancas chegou à casa de 5,5%, em dezembro de 2010. Já as trabalhadoras pretas & pardas, neste mesmo mês, apresentaram taxa de crescimento de 8,2%.

A taxa de desemprego das trabalhadoras brancas naquele mês foi menor em 0,4 ponto percentual que o observado em novembro de 2010 e, 1,5 ponto percentual menor do que se verificou um ano antes. No que tange às mulheres pretas & pardas, o mesmo indi-

cador, em dezembro de 2010, foi 1,1 ponto percentual menor do que o observado no mês imediatamente anterior e 2,0 pontos percentuais menor do que o verificado em dezembro de 2009.

Tal como o indicador de rendimento, também o da taxa de desemprego expressou as melhorias ocorridas no mercado de trabalho metropolitano brasileiro. Assim, na comparação entre os meses de dezembro de 2002 e dezembro de 2010, a PEA residente nas seis maiores RMs brasileiras apresentou declínio na taxa de desemprego de expressivos 5,2 pontos percentuais.

Na verdade, com exceção do ocorrido na comparação entre os meses de dezembro de 2002 e 2003, quando a taxa de desemprego se elevou em 0,4 ponto percentual, desde o ano de 2004 que este indicador declinou progressivamente, excetuando-se entre os anos de 2008 e 2009, quando por conta dos efeitos da crise econômica a taxa de desemprego se estabilizou em 6,8%. Na verdade, não obstante algumas nuances, este movimento se fez fundamentalmente presente entre todos os grupos de cor ou raça e sexo analisados pelo "Tempo em Curso".

Quando a evolução da taxa de desemprego durante o período de governo do ex-presidente Lula é desagregada pelos grupos de cor ou raça e sexo, verifica-se que em ambos os casos o indicador caminhou no sentido de sua redução. No caso da PEA branca, a queda foi de 4,7 pontos percentuais. No caso da PEA preta & parda, o declínio do indicador foi de 6,1 pontos percentuais.

Aprofundando a análise do parágrafo anterior através da introdução da variável dos grupos de gênero, mais uma vez se observará que em todos os quatro contingentes de cor ou raça e sexo ocorreram visíveis reduções na taxa de desemprego: homens brancos em 4,3

Tabela 5. Taxa de desemprego da PEA residente nas seis maiores RMs, Brasil, dez / 02 – dez / 10 (em % da PEA)

	Dezembro								
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Homens Brancos	7,8	7,6	6,5	5,5	5,9	5,0	4,6	4,6	3,5
Mulheres Brancas	10,9	11,2	9,7	7,8	8,1	7,5	7,2	7,0	5,5
Brancos	9,2	9,3	8,0	6,6	6,9	6,2	5,8	5,7	4,4
Homens Pretos & Pardos	10,6	10,6	8,9	8,7	8,4	7,0	6,0	6,4	4,7
Mulheres Pretas & Pardas	14,7	16,6	15,7	13,4	12,6	11,7	10,6	10,2	8,2
Pretos & Pardos	12,4	13,2	11,9	10,8	10,3	9,1	8,1	8,1	6,3
PEA Total	10,5	10,9	9,6	8,4	8,4	7,4	6,8	6,8	5,3

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

pontos percentuais; homens pretos & pardos em 5,9 pontos percentuais; mulheres brancas em 5,4 pontos percentuais; e mulheres pretas & pardas em 6,5 pontos percentuais.

Dos indicadores acima, é mais uma vez notório que o movimento percorrido pela taxa de desemprego desagregado pelos grupos de cor ou raça foi de uma redução nas tradicionais brechas encontradas no indicador. Deste modo, no mês de dezembro de 2002, a taxa de desemprego da PEA preta & parda de ambos os sexos era 3,2 pontos percentuais superior à dos brancos. Oito anos mais tarde, esta diferença caiu para 1,9 pontos percentuais.

A taxa de desemprego dos homens pretos & pardos era, em dezembro de 2002, 2,8 pontos percentuais superiores à dos brancos, tendo caído, aquela diferença, em dezembro de 2010, para 1,2 pontos percentuais.

No caso do continente do sexo feminino, a taxa de desemprego das mulheres pretas & pardas, era superior à das mulheres brancas em 3,8 pontos percentuais em dezembro de 2002. Em dezembro de 2010, a distância declinou para 2,7 pontos percentuais.

De qualquer maneira, apesar deste quadro sugerir uma avaliação puramente otimista, cabe lembrar que durante todo o período do governo do ex-presidente Lula, a taxa de desemprego dos pretos & pardos manteve-se superior ao mesmo indicador entre os brancos, assim como, especificamente a taxa de desemprego das mulheres pretas & pardas, malgrado no último período de tempo ter conseguido finalmente ficar abaixo do patamar dos 10%, manteve-se superior a dos demais grupos de cor ou raça e sexo.

5. Ocupação segundo posição na ocupação

Nesta seção serão feitos comentários específicos acerca da evolução dos indicadores de ocupação desagregados pelas posições ocupacionais. A comparação verterá sobre o ano imediatamente anterior ao início do governo de Lula, 2002, e o último ano do mandato deste ex-presidente, 2010. Aqui dois comentários metodológicos precisam ser feitos.

Em primeiro lugar, é preciso destacar que será feita uma comparação entre a evolução da ocupação segundo as categorias ocupacionais tomando a

média da ocupação durante o ano. Por exemplo, se fosse tomado apenas o mês de dezembro como parâmetro ocorreria o risco de que a análise ficasse restrita a um mês no qual, em geral, o mercado de trabalho se encontra aquecido pelas festas de final de ano. Assim, se buscou evitar que algum efeito conjuntural específico ou sazonal comprometesse a qualidade da análise.

Em segundo lugar, é necessário explicar que, em 2002, a PME passou por uma revisão metodológica. Assim, a PME realizada segundo a nova metodologia somente passou a ser divulgada pelo IBGE a partir de março daquele ano. Portanto, diferentemente do que acontece nos anos sucessivos, na série daquele ano são disponíveis apenas 10 meses. Deste modo, para garantir a comparabilidade entre os anos, a comparação intertemporal realizada esteve baseada na média dos meses entre março e dezembro, tanto para 2002, quanto para 2010.

5.a. Saldo da ocupação segundo posição ocupacional (tabelas 6 e 7)

Entre os anos de 2002 e de 2010, o saldo da PEA ocupada das seis maiores RMs brasileiras correspondeu a um incremento de cerca de 4,3 milhões de trabalhadores. A PEA de cor ou raça branca apresentou evolução positiva no número de ocupados em cerca de 1,7 milhões de pessoas, ao passo que a PEA de cor ou raça preta & parda apresentou incremento de quase 2,6 milhões de trabalhadores. Desta forma, os pretos & pardos responderam por 60% do incremento de ocupados no período, indicando uma inserção mais intensiva da PEA preta & parda no mercado de trabalho metropolitano no período considerado.

Outra informação interessante a ser destacada sobre a evolução da PEA metropolitana no período entre 2002 e 2010 diz respeito à sua feminização. Assim, as mulheres responderam por 56,2% do saldo da evolução dos trabalhadores ocupados no período. Lendo aquela informação segundo os grupos de cor ou raça, as mulheres brancas foram responsáveis por 62,9% do crescimento da PEA ocupada dentro deste contingente de cor. Entre os pretos & pardos, as mulheres contribuíram em 51,7% do saldo da ocupação. Este dado expressa, portanto, o proporcionalmente menor ritmo de entradas das mulheres deste último grupo de cor ou raça e sexo na PEA ocupada em relação às brancas.

Tabela 6. Média de ocupados por posição na ocupação, Brasil, 2002 (em número de pessoas)

	Emprego doméstico com carteira	Emprego doméstico sem carteira	Emprego com carteira no setor privado	Emprego sem carteira no setor privado	Emprego no setor público com carteira	Emprego no setor público sem carteira	Militar ou funcionário público estatutário	Ocupação por conta-própria	Empregador	Sem remuneração
Homens Brancos	11.335	12.548	2.584.047	849.024	108.178	60.117	382.345	1.215.102	472.974	38.027
Mulheres Brancas	189.132	322.489	1.685.663	557.689	122.556	105.879	441.163	698.251	181.287	90.613
Branco	200.467	335.037	4.269.709	1.406.713	230.734	165.996	823.508	1.913.353	654.261	128.639
Homens Pretos & Pardos	16.152	22.564	1.919.718	806.951	72.878	43.084	269.066	1.000.566	164.781	33.242
Mulheres Pretas & Pardas	278.134	518.818	967.364	385.036	70.857	59.782	240.020	495.573	50.619	49.020
Pretos & Pardos	294.286	541.383	2.887.082	1.191.986	143.734	102.866	509.086	1.496.140	215.400	82.262
Homens	27.562	35.426	4.538.890	1.672.294	182.373	103.616	657.096	2.239.967	654.429	72.254
Mulheres	469.172	844.584	2.677.966	951.638	196.356	167.626	688.689	1.208.704	236.819	143.378
PEA Total	496.734	880.010	7.216.856	2.623.932	378.729	271.242	1.345.785	3.448.670	891.247	215.633

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

Tabela 7. Média de ocupados por posição na ocupação, Brasil, 2010 (em número de pessoas)

	Emprego doméstico com carteira	Emprego doméstico sem carteira	Emprego com carteira no setor privado	Emprego sem carteira no setor privado	Emprego no setor público com carteira	Emprego no setor público sem carteira	Militar ou funcionário público estatutário	Ocupação por conta-própria	Empregador	Sem remuneração
Homens Brancos	17.112	14.015	3.180.540	783.706	113.778	68.680	448.062	1.237.286	490.447	15.288
Mulheres Brancas	211.974	361.435	2.350.148	610.035	137.015	103.196	566.766	857.384	225.259	46.392
Branco	229.086	375.450	5.530.688	1.393.741	250.792	171.876	1.014.828	2.094.671	715.707	61.680
Homens Pretos & Pardos	23.022	22.669	2.941.671	775.006	83.494	50.508	318.165	1.183.847	191.423	12.879
Mulheres Pretas & Pardas	346.537	600.416	1.708.541	462.559	91.382	81.139	328.171	729.986	70.127	36.855
Pretos & Pardos	369.560	623.085	4.650.212	1.237.565	174.877	131.646	646.335	1.913.833	261.550	49.734
Homens	40.134	36.734	6.161.217	1.575.234	199.679	120.143	772.200	2.445.521	694.831	28.845
Mulheres	559.907	964.488	4.087.715	1.087.512	231.484	185.175	902.678	1.605.728	305.144	85.392
PEA Total	600.041	1.001.222	10.248.931	2.662.747	431.162	305.318	1.674.878	4.051.249	999.976	114.237

Nota 1: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Nota 2: média dos meses de março a dezembro para manter comparabilidade com o ano de 2002

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

Entre 2002 e 2010, nas seis regiões metropolitanas, as posições na ocupação que apresentaram o maior incremento de ocupados foram o emprego com carteira assinada no setor privado (com um saldo positivo de cerca de 3 milhões de trabalhadores), os ocupados por conta-própria (com um saldo positivo de cerca de 602 mil trabalhadores), e os militares e funcionários públicos estatutários (com um saldo positivo de cerca de 329 mil trabalhadores). Apenas os ocupados sem remuneração apresentaram um saldo negativo de ocupados no período, com um decréscimo de cerca de 101 mil trabalhadores no período analisado.

No que tange aos grupos de cor ou raça, o comportamento do saldo de ocupados por posição de ocupação foi análogo ao encontrado na PEA total.

Assim, na PEA branca os saldos positivos mais elevados no número de ocupados são encontrados no emprego com carteira assinada no setor privado (incremento de 1,2 milhões de ocupados), nos militares e funcionários públicos estatutários (incremento de 329 mil ocupados) e na ocupação por conta própria (incremento de 602 mil ocupados).

Entre os pretos & pardos, os maiores incrementos foram registrados no emprego com carteira assinada no setor privado (saldo positivo de 1,7 milhões de trabalhadores), seguido pela ocupação por conta-própria (saldo positivo de 417 mil trabalhadores), e os militares e funcionário público (saldo positivo de 137 mil trabalhadores).

O saldo no emprego doméstico com e sem carteira assinada foi de 224,2 mil trabalhadores em todas as seis

maiores RMs brasileiras. Destes, 93,8% eram mulheres. No caso da PEA branca, o saldo do crescimento específico do emprego doméstico foi de cerca de 69 mil trabalhadores, sendo que, destes, 89,5% eram mulheres. Finalmente, no caso da PEA preta & parda, o saldo da ocupação na condição do emprego doméstico foi de cerca de 157 mil trabalhadores, sendo que, destes, 95,6% eram mulheres.

No que tange ao emprego sem carteira no setor privado, no caso da PEA branca, entre 2002 e 2010, foi registrado um decréscimo de quase 13 mil trabalhadores. Já na PEA preta & parda, o saldo nesta posição na ocupação foi de mais de 45 mil ocupados.

5.b. Composição de cor ou raça das posições na ocupação (tabelas 6 e 7)

No ano de 2010, em média, a PEA ocupada das seis maiores RMs brasileiras era formada por 54,7% de trabalhadores do sexo masculino e por 45,3% trabalhadoras do sexo feminino. Comparativamente ao ano de 2002, mais uma vez, se comprova o longo processo de feminização da PEA ocupada (e que, naturalmente, vai além do período dos mandatos de Lula). Assim, neste último momento, a PEA metropolitana era formada por 57,3% de homens e por 42,7% de mulheres.

No que tange à composição de cor ou raça da PEA ocupada, no ano de 2010, 53,6% era formado por trabalhadores de cor ou raça branca e 45,5%, por trabalhadores de cor ou raça preta & parda. Na comparação com o ano de 2002, o peso relativo dos brancos na PEA ocupada residente nas seis maiores RMs caiu 3,4 pontos percentuais, ao passo que o peso relativo da PEA preta & parda se elevou em 3,5 pontos percentuais. Em ambos os casos, conforme já comentado, entre 2002 e 2010 ocorreu um avanço da presença relativa das mulheres no interior da composição de cor ou raça e sexo da PEA ocupada (mulheres brancas, 0,03, e pretas & pardas, 2,6 pontos percentuais).

Quando se analisa a evolução da composição de cor ou raça das diferentes formas de ocupação, vê-se que as alterações ocorreram fundamentalmente no entorno das mudanças observadas na composição de cor ou raça da PEA ocupada como um todo.

Assim, entre 2002 e 2010, o peso relativo dos trabalhadores brancos observou a invariável redução, medida em pontos percentuais, nas seguidas posições ocupa-

cionais: ocupação sem remuneração (em 5,7); emprego com carteira no setor privado (em 5,2); emprego no setor público sem carteira (em 4,9); na ocupação por conta-própria (em 3,8); emprego no setor público com carteira (em 2,8); dos empregados domésticos com carteira (em 2,2); como empregador (em 1,8); emprego sem carteira no setor privado (em 1,3); empregados domésticos sem carteira (em 0,6); e na condição de funcionário público estatutário e militar (em 0,6).

No caso dos trabalhadores pretos & pardos, alternativamente, medindo-se o seu peso relativo no interior das diferentes modalidades de posição na ocupação, verificou-se entre 2002 e 2010 um invariável aumento de sua presença dentro das seguintes proporções: ocupação sem remuneração (em 5,4); emprego com carteira no setor privado (em 5,4); emprego no setor público sem carteira (em 5,2); na ocupação por conta-própria (em 3,9); emprego no setor público com carteira (em 2,6); dos empregados domésticos com carteira (em 2,3); como empregador (em 2,0); emprego sem carteira no setor privado (em 1,0); empregados domésticos sem carteira (em 0,7); e na condição de funcionário público estatutário e militar (em 0,8).

Destas respectivas proporções, pode-se ver que as alterações em termos da composição de cor ou raça dentro das diferentes modalidades de posição na ocupação ocorreram acompanhando fundamentalmente as mudanças ocorridas em termos do crescimento da presença proporcional dos trabalhadores pretos & pardos na PEA como um todo. Assim, talvez o mais ilustrativo exemplo seja o que ocorreu com a posição do emprego doméstico com e sem carteira, condição à qual, do total de trabalhadores ocupados, as mulheres pretas & pardas correspondiam a 57,9%, em 2002, e a 59,1%, em 2010.

Diante destas constatações, o que se pode concluir é que se no período entre 2002 e 2010, do ponto de vista dos rendimentos do trabalho, veio ocorrendo uma progressiva queda das assimetrias de cor ou raça; no que tange à composição de cor ou raça e sexo das posições ocupacionais, estas permaneceram fundamentalmente as mesmas durante aquele intervalo de oito anos.

5.c. Evolução da ocupação das formas de posição na ocupação (tabelas 8 e 9)

No ano de 2002, a taxa de formalização do mercado de trabalho metropolitano brasileiro (peso relativo do somatório dos empregados com carteira

no setor privado, empregados públicos com carteira, empregados públicos estatutários e militares, e empregadores sobre a PEA ocupada total) era de 55,3%. O mesmo indicador, em 2010, tinha se elevado para 60,4%, expressando uma melhoria na qualidade do mercado de trabalho do país ao longo da década de 2000.

Coerentemente, o peso relativo das ocupações informais (peso relativo sobre a PEA ocupada total do somatório dos empregados domésticos com e sem carteira, empregados sem carteira no setor público e no setor privado, os trabalhadores por conta-própria e os ocupados sem remuneração) se reduziu de 44,6%, em 2002, para 39,5%, em 2010.

No mesmo período, na PEA ocupada branca de ambos os sexos, o peso das ocupações formais se elevou em 4,5 pontos percentuais (de 59% para 63,4%). Na PEA ocupada preta & parda de ambos os sexos, a taxa de formalização se elevou em 6,7 pontos percentuais (de 50,3% para 57,0%).

Entre 2002 e 2010, na PEA do sexo masculino, o peso das ocupações formais se elevou em 4,6 pontos percentuais, entre os trabalhadores brancos, e em 7,3 pontos percentuais, entre os trabalhadores pretos & pardos. Já na PEA do sexo feminino, a taxa de formalização se elevou em 4,7 pontos percentuais, entre as trabalhadoras brancas, e em 6,7 pontos percentuais, entre as trabalhadoras pretas & pardas.

Portanto, ao longo dos dois mandatos do ex-presidente Lula, pôde-se identificar uma melhoria dos vínculos da população residente nas RMs ao mercado de trabalho, acompanhada de um movimento de redução das assimetrias de cor ou raça no que tange ao grau de formalização.

Desta forma, entre 2002 e 2010, a distância entre a taxa de formalização da PEA ocupada branca de ambos os sexos e da PEA ocupada preta & parda, medida em pontos percentuais, passou de 8,7 para 6,5. Entre os trabalhadores do sexo masculino, no mesmo período, as assimetrias de cor ou raça se reduziram de 6,1 para 3,4, ao passo que na PEA ocupada do sexo feminino a distância entre o indicador das brancas e das pretas & pardas passou de 12,6 para 10,6.

Quando se analisam as distribuições das posições ocupacionais dentro de cada grupo de cor ou raça entre 2002 e 2010, observa-se que, dentro daquele intervalo, o emprego com carteira assinada no setor privado foi a posição na ocupação que aumentou sua presença relativa no interior de todos os grupos de cor ou raça e sexo. Deste modo, medindo o incremento relativo em pontos percentuais: brancos do sexo masculino, em 4,9; pretos & pardos do sexo masculino, em 8,4; mulheres brancas, em 4,6; e mulheres pretas & pardas, em 7,3; brancos de ambos os sexos, em 4,6; e pretos & pardos de ambos os sexos em 7,6.

Tabela 8. Distribuição da média de ocupados por posição na ocupação, Brasil, 2002 (em % da posição na ocupação)

	Emprego doméstico com carteira	Emprego doméstico sem carteira	Emprego com carteira no setor privado	Emprego sem carteira no setor privado	Emprego no setor público com carteira	Emprego no setor público sem carteira	Militar ou funcionário público estatutário	Ocupação por conta-própria	Empregador	Sem remuneração	Total
Homens Brancos	0,2%	0,2%	45,1%	14,8%	1,9%	1,0%	6,7%	21,2%	8,2%	0,7%	100,0%
Mulheres Brancas	4,3%	7,3%	38,3%	12,7%	2,8%	2,4%	10,0%	15,9%	4,1%	2,1%	100,0%
Brancos	2,0%	3,3%	42,1%	13,9%	2,3%	1,6%	8,1%	18,9%	6,5%	1,3%	100,0%
Homens Pretos & Pardos	0,4%	0,5%	44,1%	18,5%	1,7%	1,0%	6,2%	23,0%	3,8%	0,8%	100,0%
Mulheres Pretas & Pardas	8,9%	16,6%	31,0%	12,4%	2,3%	1,9%	7,7%	15,9%	1,6%	1,6%	100,0%
Pretos & Pardos	3,9%	7,2%	38,7%	16,0%	1,9%	1,4%	6,8%	20,0%	2,9%	1,1%	100,0%
Homens	0,3%	0,3%	44,6%	16,4%	1,8%	1,0%	6,4%	22,0%	6,4%	0,7%	100,0%
Mulheres	6,2%	11,1%	35,3%	12,5%	2,6%	2,2%	9,1%	15,9%	3,1%	1,9%	100,0%
PEA Total	2,8%	4,9%	40,6%	14,8%	2,1%	1,5%	7,6%	19,4%	5,0%	1,2%	100,0%

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

Tabela 9. Distribuição da média de ocupados por posição na ocupação, Brasil, 2010 (em % da posição na ocupação)

	Emprego doméstico com carteira	Emprego doméstico sem carteira	Emprego com carteira no setor privado	Emprego sem carteira no setor privado	Emprego no setor público com carteira	Emprego no setor público sem carteira	Militar ou funcionário público estatutário	Ocupação por conta-própria	Empregador	Sem remuneração	Total
Homens Brancos	0,3%	0,2%	49,9%	12,3%	1,8%	1,1%	7,0%	19,4%	7,7%	0,2%	100,0%
Mulheres Brancas	3,9%	6,6%	42,9%	11,1%	2,5%	1,9%	10,4%	15,7%	4,1%	0,8%	100,0%
Brancos	1,9%	3,2%	46,7%	11,8%	2,1%	1,5%	8,6%	17,7%	6,0%	0,5%	100,0%
Homens Pretos & Pardos	0,4%	0,4%	52,5%	13,8%	1,5%	0,9%	5,7%	21,1%	3,4%	0,2%	100,0%
Mulheres Pretas & Pardas	7,8%	13,5%	38,3%	10,4%	2,1%	1,8%	7,4%	16,4%	1,6%	0,8%	100,0%
Pretos & Pardos	3,7%	6,2%	46,2%	12,3%	1,7%	1,3%	6,4%	19,0%	2,6%	0,5%	100,0%
Homens	0,3%	0,3%	51,0%	13,0%	1,7%	1,0%	6,4%	20,3%	5,8%	0,2%	100,0%
Mulheres	5,6%	9,6%	40,8%	10,9%	2,3%	1,8%	9,0%	16,0%	3,0%	0,9%	100,0%
PEA Total	2,7%	4,5%	46,4%	12,1%	2,0%	1,4%	7,6%	18,3%	4,5%	0,5%	100,0%

Nota 1: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Nota 2: média dos meses de março a dezembro para manter comparabilidade com o ano de 2002

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

As demais condições na ocupação não registraram variações de grande intensidade, permanecendo fundamentalmente inalterado o peso relativo das diferentes posições na ocupação no interior da PEA entre 2002 e 2010.

Dentro daquele intervalo, medindo em pontos percentuais, na PEA branca de ambos os sexos, a participação relativa do emprego sem carteira no setor privado declinou 2,1; a ocupação por conta-própria declinou 1,2; a ocupação sem remuneração recuou 0,7; o empregador declinou 0,4; o emprego doméstico sem carteira declinou 0,1; o emprego público com ou sem carteira declinou 0,2. Ainda neste contingente, o emprego doméstico com carteira se manteve inalterado e os funcionários públicos estatutários e militares se elevaram em 0,4.

Entre 2002 e 2010, na PEA preta & parda de ambos os sexos, o emprego sem carteira observou redução relativa de 3,7 pontos percentuais. Nas demais posições na ocupação, igualmente ocorreram quedas nas participações relativas, mas com menor intensidade. Em pontos percentuais: emprego doméstico sem carteira em 1,1; ocupação por conta própria, em 1; ocupação sem remuneração em 0,6; funcionário público estatutário ou militar em 0,4; empregador em 0,3; emprego

doméstico com carteira em 0,3; emprego no setor público com carteira em 0,2; e emprego no setor público sem carteira em 0,1.

Portanto, em ambos os grupos de cor ou raça, o aumento do emprego com carteira no setor privado se deu fundamentalmente associado ao somatório da pequena redução relativa ocorrida na maioria das demais posições na ocupação.

O aumento relativo do emprego no setor privado com carteira foi maior entre a PEA ocupada preta & parda, explicando a redução nas assimetrias taxa de formalização entre os grupos de cor ou raça entre 2002 e 2010. Este movimento pareceu estar relacionado também com a queda no percentual de empregados sem carteira, que se deu com mais intensidade entre os trabalhadores pretos & pardos do que entre os trabalhadores brancos.

De outro lado, entre 2002 e 2010, a distribuição relativa das demais formas de posição na ocupação se manteve inalterada. Esse indicador, mais uma vez, indica uma fundamental preservação no perfil do status ocupacional no qual os distintos grupos de cor ou raça se encontram ocupados no mercado de trabalho das seis maiores RMs metropolitanas brasileiras.

Tempo em Curso

Elaboração escrita

Profº Marcelo Paixão
e Irene Rossetto Giaccherino

Programação de indicadores estatísticos

Luiz Marcelo Carvano

Pesquisadora Assistente

Irene Rossetto Giaccherino

Bolsista de Graduação

Guilherme Câmara
(PIBIC -- CNPq)

Equipe LAESER / IE / UFRJ

Coordenação Geral

Profº Marcelo Paixão

Coordenação Estatística

Luiz Marcelo Carvano

Pesquisadores Assistentes

Cléber Julião
Irene Rossetto Giaccherino
Sandra Regina Ribeiro

Coordenação dos Cursos de Extensão

Azoilda Loretto
Sandra Regina Ribeiro

Bolsistas de Graduação

Danielle Oliveira (PBICT – CNPq)
Guilherme Câmara (PIBIC – CNPq)
Elaine Carvalho – Curso de Extensão (UNIAFRO)

Revisão de texto e copy-desk

Alana Barroco Vellasco Austin

Editoração Eletrônica

Maraca Design

Apoio

Fundação Ford



FORDFOUNDATION